

Gênero: uma possibilidade no horizonte da crítica feminista

Nadilza Martins de Barros Moreira *

I am already performing a feminine critical act, namely refusing to speak from a position of supposed neutrality and pseudoscientific objectivity.

Naomi Schor

As duas últimas décadas, 70 e 80, sentiram o impacto transformador da crítica feminista nas instituições acadêmicas, literárias e culturais. Essa transformação, de natureza plural, tem aflorado juntamente com outras abordagens críticas literárias e transitam desde o formalismo até a semiótica, adentrando-se nos estudos literários de cada período, desde o gênero literário da Idade Média, até a cultura de massa da atualidade. O trabalho da crítica, de revisão, de resgate, de subversão do “status quo” nos estudos críticos literários, tem sido levado adiante pelas mulheres. São elas que têm gerado esta crítica, são elas que, lutando em diferentes áreas, diríamos até, diferentes níveis, têm, a grande custo, recebido o reconhecimento do seu trabalho, são elas, ainda, que têm sofrido duras discriminações em suas carreiras, por se identificarem com um movimento tão radical, quanto o feminismo. Entretanto, também está claro, para estas “guerrilheiras”, que foi a partir do movimento de liberação das mulheres que teve início a conexão entre vida e carreira; que se pode perceber a disparidade entre identificação e ambição. O que ocorreu foi a união do interesse de centenas de mulheres, de diferentes classes, etnias e raças, para o estudo da literatura, centrado no papel secundário das heroínas ficcionais, das mulheres escritoras e das mulheres acadêmicas na cultura branca, ocidental e androcêntrica.

A década de 70 caracteriza-se, assim, como a que se debruçou sobre a mulher e centralizou-a em seus estudos, elegendo e privilegiando sua figura na literatura e nas humanidades como um todo. É nesta fase que as ciências sociais inauguram os estudos da mulher; cria um espaço interdisciplinar que abre um canal de comunicação vigoroso na pesquisa e na formulação de novos conceitos, novas áreas do conhecimento que priorizam a mulher em seus múltiplos aspectos:

* Professora de Língua Inglesa e Literatura Norte Americana no DLEM / CCHLA / UFPB.

históricos, psicológicos, antropológicos, sociais, etc. Estes estudos inter-disciplinares auto-alimentavam-se dos achados advindos de outras disciplinas, especialmente da história da mulher, da antropologia, assim como da sua psicologia, das revisões e resgate da produção feminina na literatura, bem como, na formulação de uma nova crítica que respondesse aos anseios das teóricas feministas.

Na primeira fase do desenvolvimento da crítica feminista, havia uma constatação, aparentemente simples, de que a experiência da mulher enquanto leitora e escritora era diferente da experiência masculina. Tal constatação foi marcada pelo surgimento de novos paradigmas e pela descoberta de um horizonte novo de expectativas para a crítica literária feminista.

Numa segunda fase, batizada por Elaine Showalter de “ginocrítica”¹, a crítica feminista deixa de enfatizar o texto masculino como objeto de estudo para se concentrar na redescoberta e na investigação de uma literatura feita por mulheres. Esta fase, é aquela que busca ajustar as imagens, a temática, o enredo e os gêneros literários de mulheres escritoras, individualmente, dentro de um padrão, de um modelo, que evidencie aspectos próprios dos escritos femininos. Através desses elementos, associados ao resgate histórico e à reavaliação crítica, reconstituiu-se uma tradição, tematicamente coerente e de inestimável valor artístico, que havia sido apagada – ou marginalizada – pelos valores, então, dominantes.

A crítica feminista continua perseguindo seu objetivo: identificar aquilo que, de fato e de direito, caracteriza a escrita feminina e, por outro lado, construir uma idéia básica, estrutural para a análise da literatura elaborada por mulheres.

Embora continue centrada na mulher-escritora, a ginocrítica abre um leque de possibilidades de análises. Seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos femininos; a psicodinâmica da criatividade da mulher; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva e a evolução, as leis de uma tradição literária que seja feminina. A proposta da criadora da ginocrítica, Showalter, não só resgata toda uma tradição de mulheres escritoras na Inglaterra, mas, sobretudo, prioriza a leitura desses textos ficcionais femininos e os elege como os norteadores para a pesquisa sobre autoria feminina. Conseqüentemente, serão estes textos que indicarão os caminhos a serem percorridos pela crítica teórica feminista. Neles estará a possibilidade de se desvendar o que existe de específico na escrita feminina e construir, a partir deles, um modelo de análise que contemple, satisfatoriamente, a literatura produzida pelas mulheres.

A ginocrítica está ligada à tradição crítica feminista anglo-americana gerada no fim da década de 70 e início dos anos 80. Foi através de sua proposta que se

¹ SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. Princeton: Princeton University Press, 1977, p. 3-36.

criou uma nova tradição, descobriram-se novas obras e valorizaram-se novos gêneros literários reconhecidamente femininos, como cartas, diários e jornais de autoria feminina. É na procura dos escritos femininos que se dá o início do mapeamento de um território que recorta uma tradição literária feminina, até então nunca atentada. Mapear esse novo território foi como que uma provocação estimulante no fazer crítico-literário feminista.

Entre as pioneiras, merecem destaque: Patrícia Spack, com seu livro *The Female Imagination* (1975); Ellen Moers, com *Literary Women* (1976) e a muito citada obra, *The Mad Woman in the Attic*, (1979), de Sandra Gilbert e Susan Gubar. A estas publicações seguiram-se outras bastante pertinentes e produtivas à crítica feminista, que procuravam problematizar esta crítica e elucidar, cada vez mais, a questão da escrita feminina.

Vale ressaltar que, nessa atmosfera efervescente, o dilema ideológico de reconciliar pluralismos revisionistas dá lugar à questão essencial da diferença que começa a surgir entre as mulheres. Irrompem, por assim dizer, vozes feministas dentro do feminismo, reivindicando outras diferenças entre as mulheres, tais como: raça e classe social. Já se formulava, então, nas entrelinhas, a crítica da crítica; ou seja, uma crítica reconhecida, como sendo branca, heterossexual, de classe média, portanto, não contemplando outros segmentos de mulheres; segmentos estes que exigiam que se pensassem as diferenças entre as mulheres de outras cores, com outras preferências sexuais e que pertencessem a outras classes sócio-econômicas.

Tendo em vista a nova postura algumas questões foram levantadas: como considerar as mulheres um grupo literário distinto? qual a diferença nos escritos das mulheres?

Esta clara mudança na ênfase de leituras revisionistas para uma investigação da literatura feita por mulheres, ocorreu também na crítica feminista européia. Na França, Hélène Cixous introduziu, nos meios crítico-literários franceses, seu conceito de uma *écriture féminine*, definida como a escrita do corpo pela mulher. Baseada, parcialmente, nas teorias lingüísticas de Derrida, a escritura feminina era revolucionária porque rompia com as estruturas opressivas e convencionais da linguagem e do pensamento masculinos. Para Cixous, o que torna a *écriture féminine* poderosa é a subversão da própria sexualidade feminina, isto é, analogamente à sexualidade feminina, isto é, a *écriture féminine* é múltipla, difusa, não centrada; e isto se explica porque nas mulheres a sexualidade, semelhante à escritura, segue um processo, não um objetivo final².

Tal conceito não foi incorporado pela crítica feminista anglo-americana

² CHILDERS, Joseph, HENTZI, Gary (ed.). *The Columbia dictionary of modern literary and cultural criticism*. New York: Columbia University Press, 1995, p. 92.

que o considera uma possibilidade de vanguarda, uma produção literária de fim de século, mas também o vê como uma utopia no confronto textual.

A própria Hélène Cixous, admite que, com poucas exceções, “não houve ainda qualquer escrito que inscrevesse a feminilidade”³.

Não obstante a isso, o conceito de *écriture féminine* possibilita uma maneira de se discutir os escritos femininos, pois reafirma o valor do feminino e identifica o projeto teórico da crítica feminista como a análise da diferença.

É com o surgimento da *écriture féminine*, entretanto, que os estudos culturais femininos irrompem, sobretudo na Inglaterra, dando lugar a uma outra abordagem, recém-inaugurada na crítica feminista: o estudo de gênero.

Gênero, como categoria de análise, é resultado de uma série de acontecimentos influenciadores e decisivos: o movimento de liberação das mulheres, o desenvolvimento dos estudos da mulher e o impacto da teoria européia. Tais acontecimentos e seus desdobramentos modelaram e deram o contorno à crítica feminista dos anos 80.

A trajetória intelectual da crítica feminista tem deslocado a atenção de suas pesquisadoras de uma literatura, não obstante produzida por mulheres, marcada pela subordinação, pelos maus tratos e pela exclusão, para centrar a atenção nos estudos das tradições literárias femininas *de per se* e daí se dirige a uma análise da construção simbólica do gênero e da sexualidade no contexto do discurso literário.

Todavia, é preciso registrar que, conforme Showalter em *Speaking of Gender*, se por um lado, a crítica feminista foi gerada pelo movimento de liberação das mulheres, por outro lado era também “filha” da velha e patriarcal instituição da crítica e da teoria literárias e precisava conciliar sua dupla origem, suas duas tradições⁴.

Numa terceira fase, passou a exigir, portanto, não só o reconhecimento da produção feminina, mas também uma revisão dos conceitos básicos dos estudos literários, das teorias que haviam sido formadas a partir da experiência masculina. Essa nova fase quebra, pois, as fronteiras culturais; ela enfatiza a análise da construção do gênero e da sexualidade dentro do discurso literário. Inaugura, também, um momento novo: um momento de integração entre o masculino e o feminino. Pode-se, pois, dizer, a partir de então, que aquilo que teve início com o feminino passa a contemplar, também, o masculino.

Parafraseando Showalter, quando trata de entender e sistematizar o que, de

³ SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 30.

⁴ SHOWALTER, Elaine. *Speaking of gender* (ed.). New York: Routledge, 1989, p. 1-13.

fato, significa falar de gênero, como categoria de análise, podemos dizer que é preciso registrar que o surgimento do conceito de gênero, como categoria de análise, resultou numa das mais marcantes mudanças dentro das ciências humanas e das letras, na década de 80⁵. Essa mudança ocorreu porque falar de gênero implica falar, por extensão, em outras categorias que, necessariamente, desaguardam na diferença; ou seja, falar em gênero perpassa raça e classe. Conseqüentemente, gênero como categoria analítica está imbricado em outras disciplinas das humanidades, tais como, a antropologia, a psicologia, as ciências sociais. Mas é preciso marcar que gênero é, também, e principalmente, uma categoria gramatical inerente a qualquer língua, tendo o masculino como norma, uma vez que o masculino é a forma universal, ou não marcada, enquanto o feminino é marcado por uma variante ou por um sufixo.

Até os anos 60, quando a categoria de gênero era abordada pelos lingüistas, fazia-se uma distinção prévia: enquanto sexo era da ordem do dado, identificado à natureza, gênero pertenceria à ordem do construído, alinhando-se no pólo da cultura. Procedendo assim, os lingüistas não consideravam que a base natural, da ordem do biológico, não existe no universo humano, fora das chamadas identidades sexuais, já revestidas culturalmente. Esse fenômeno se explica porque os papéis sociais dos sexos realizam-se dentro de um determinado recorte cultural, o que significa dizer que, conceitualmente, masculino e feminino, ao assentarem sobre a cultura, transbordam-na, vão além de seus limites biológicos, extravazam-na.

Foi atentando para o extravazamento cultural que a antropologia tomou, mais tarde, por empréstimo da lingüística, a categoria de gênero; ou seja, de modo mais preciso, a antropologia pediu emprestado o sistema gênero/sexo, enquanto constituição simbólica, sócio-histórica, modo essencial, através do qual uma realidade social se organiza, divide-se e é vivenciada simbolicamente, a partir da interpretação das diferenças entre os sexos; prisma, através do qual se lê uma identidade incorporada, modo de ser e de vivenciar o corpo⁶. É a partir do entendimento de que o sistema gênero/sexo, historicamente realizado, revelaria, na relação masculino e feminino, a opressão e a exploração deste último pelo primeiro, explicando, também, que a história das sociedades conhecidas, até hoje, registra uma história da subordinação das mulheres pelos homens, com base no sistema gênero / sexo que, culturalmente, produziram. Daí, pois, se concluir que o que ocorre no sistema gênero/sexo não é apenas a

⁵ SHOWALTER, Elaine. *Op. cit.* 1989, p. 1.

⁶ CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 111.

diferença pura, mas trata-se de uma diferença hierarquizada com vistas ao poder. Logo, o gênero, lingüisticamente considerado, está associado ao emprego de desinências para a sua formação, comumente, do feminino, visto que o masculino funciona como paradigma, a matriz, a origem; já, o gênero, antropológicamente focalizado, está vinculado a atributos culturais, alocados aos sexos, a partir da dimensão biológica do ser humano.

Assimilar o funcionamento deste sistema gênero/sexo é vital para que se entenda a formação sexista do gênero na cultura e na língua. As línguas indo-européias, nas suas respectivas formações, partiram da oposição animado / inanimado. Ao animado corresponde o masculino e o feminino; e ao inanimado corresponde o neutro. A lógica desta primeira oposição genérica teria desaparecido já no latim clássico, porque ela se tornou o significado da categoria conceitualmente complexo, passando, assim, a abrigar variáveis, isto é: ora esse significado se reportava, à distinção sexual, exemplo do que ocorre com a maior parte dos nomes dos animais; ou, outras vezes, dissociava-se desta distinção, a natureza sexual, para se reportar ao que é puramente arbitrário da tradição idiomática.

No que diz respeito à origem da categoria de gênero em línguas do grupo indo-europeu, o lingüista Otto Jespersen invocava a possibilidade de ter havido uma divisão em seres fortes (masculinos) e em seres fracos (femininos), subordinando os seres fracos, em relação direta, com as formas do grau diminutivo. Analogamente, Trombetti afirma que, na origem da categoria, se radicaria uma divisão entre seres superiores (masculinos) e seres inferiores (femininos). Na superioridade tradicionalmente relacionada ao masculino, nas línguas do grupo indo-europeu – donde provieram, em grande número os idiomas nos quais se formou a tradição ocidental – subjaz, portanto, a compreensão de sua universalidade, do não-marcado, fazendo, assim, clara oposição ao feminino, cuja forma é marcada, seja pela desinência correspondente, seja por outro indicador qualquer como, por exemplo, o artigo, e assim por diante⁷.

O quadro ora exposto já delinea uma assimetria de cunho nitidamente sexista. Enquanto a diferença biológica dos sexos é, de fato, marca elementar e universal da alteridade, o conteúdo dessa diferença transcende o biológico e, ao inscrever-se no cultural, entranha-se no variável e no relativo históricos. Foi pensando o que ocorre no plano lingüístico, na categorização do gênero dos nomes, que a antropologia identificou, no empréstimo à categoria de gênero, a possibilidade de, em seu campo específico de investigação, refletir sobre a distinção entre atributos culturais conferidos a um e a outro sexo.

⁷ CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Op.cit.*, p. 112.

Pensar sobre a condição feminina imersa neste tipo de organização social hegemônica do ocidente constitui dado bastante original, pois nenhuma outra situação antes abrigou em si questionamento de igual ordem, acerca dos papéis atribuídos aos sexos; e isto, vale dizer, produziu tamanha desnaturalização e desideologização destes papéis⁸. Em outras sociedades, o sexo permaneceu sem questionamento; ficou incorporado ao plano da natureza e como o domínio da natureza está identificado ao universal, houve uma “naturalização” dos papéis atribuídos aos sexos, que se consolidaram, hierarquicamente, como se fossem da ordem do senso comum, quando, na verdade, nele se abrigam a dominação, a opressão e a exclusão. No discurso feminista anglo-americano, o termo *gênero* vem sendo usado para designar o significado cultural, social e psicológico imposto sobre a identidade sexual biológica, diferenciando-se, radicalmente, dos significados de sexo e sexualidade. Sexo está limitado a uma identidade biológica de macho / fêmea, enquanto sexualidade é entendida como a totalidade de orientação, preferência sexual ou comportamento de uma pessoa. Conseqüentemente, sexo não é sinônimo de gênero.

A visão tradicional não faz discriminação entre sexo, gênero e sexualidade; trata-os igualmente. Entende que o macho biológico, por exemplo, “naturalmente” adquire as normas masculinas de comportamento postuladas pela sociedade; e, neste sentido, sua sexualidade “naturalmente” decorrerá da sua produção hormonal. Pesquisas desenvolvidas em diferentes sociedades comprovam que os conceitos de masculinidade variam completamente, tanto dentro das sociedades, quanto dos períodos históricos, e que a sexualidade é um fenômeno complexo que se plasma a partir de experiências sociais e pessoais⁹. Por conseguinte, sexo, gênero e sexualidade têm áreas de intersecções, possuem implicações que se misturam e que se invadem, mas definitivamente não podem ser interpretadas e entendidas como iguais.

Colocar o termo gênero, no cerne dos estudos feministas, tem a vantagem prática de proporcionar a elaboração de um discurso que fale de homens e mulheres, indiscriminadamente, o que de certa forma gera um momento de crise na evolução da crítica feminista. Se por um lado, considerações sobre gênero podem causar um impacto maior do que considerações sobre a mulher na transformação das disciplinas humanísticas, por outro lado, a categoria gênero pode voltar a dirigir a orientação para o centro, para a literatura canônica e despolitizar a prática feminista.

Algumas feministas aplaudem a desfocalização sobre os estudos da mulher. É um grupo que passo a denominar pró-gênero, cuja abordagem está centrada

⁸ CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Op.cit.*, p. 113.

⁹ SHOWALTER, Elaine. *Op.cit.*, 1989, p. 2.

no gênero. Entre elas, podemos destacar Judith Shapiro que, em *Anthropology and the Study of Gender* (1991), argumenta que o objetivo das pesquisas feministas não deve continuar concentrado na mulher, mas buscar uma integração, através dos estudos de gênero dentro das ciências sociais. No campo da história, vários pesquisadores como, por exemplo, Natalie Davis, Joan Kelley-Gadol, Gerder Lerner, entre outros, identificam a idéia de masculinidade como um problema que interfere na mensuração da natureza, do que é próprio da ciência, isto é, até que ponto a idéia de masculinidade interfere na produção do conhecimento e como essa produção teria sido, caso a postura científica diante dos fatos não fosse influenciada pela idéia de masculinidade. Isto se deve aos objetivos propostos pelas historiadoras feministas. Elas estão interessadas em fazer a conexão entre os papéis sexuais e o simbolismo sexual em diferentes sociedades, em diferentes períodos históricos e, posteriormente, encontrar seus significados, ou seja, analisar como esses papéis funcionavam a fim de manter a ordem social e promover as mudanças.

Estudos recentes nas ciências sociais e na história demonstram que a categoria de gênero já está arraigada na prática acadêmica norte-americana. Com esta prática, isto é, gênero como categoria de análise, tem início uma outra fase na crítica feminista, que se caracteriza pela investigação das formas pelas quais a atividade literária (tanto de recepção, quanto de produção-leitura e escrita) está marcada pelo gênero.

Existe, no entanto, um outro aspecto que merece observação: é a mistura que, algumas vezes, ocorre entre *gênero* e *diferença sexual*. A diferença sexual tem sua origem nos discursos de psicanálise e do pós-estruturalismo, com questões específicas sobre a diferença na linguagem, na subjetividade e na identidade. O gênero, por sua vez, surge com a crítica marxista-materialista; embora ela fale sobre diferenças sexuais, adota o termo gênero porque nele está implícita a inevitabilidade das relações sociais entre os sexos. Os críticos que trabalham sob a rubrica de *diferença sexual* utilizam considerações pós-freudianas da construção das subjetividades gendradas, respaldando-se, firmemente, nos trabalhos de Lacan. Para esses críticos, o gênero é constituído pela aquisição da linguagem, por isso eles não privilegiam nem as práticas culturais, nem as determinações sociais.

O feminismo marxista defende a posição de gênero, por entender que o mesmo não existe isolado, fora de um contexto ideológico, mas sim como parte de um processo de construção social e cultural. Além desses aspectos, o gênero como categoria trata, não somente da questão da diferença que pressupõe simetria, mas da questão de poder, onde a simetria e a desigualdade se fazem presentes, com a dominação do feminino pelo masculino. O gênero, entretanto, ainda

continua longe de conseguir consenso entre os críticos e críticas feministas.

Enquanto uma ampla maioria de críticas feministas concorda com a distinção entre sexo e gênero, tendo em vista a necessidade presente em se explorar a masculinidade, a feminilidade, a homossexualidade e a heterossexualidade, um debate acadêmico acirrado se desenvolve acerca da construção do gênero e a forma; e sobretudo, de como, o gênero deve ser encarado por críticos, intelectuais e pesquisadores. De qualquer modo, na literatura, quando a questão do gênero tomou o lugar da questão da mulher, as relações entre feministas e críticos (homens), melhoraram, consideravelmente, na academia, apesar das restrições ainda existentes. O que ocorria na crítica literária, diferentemente do que ocorria nos estudos históricos e antropológicos, era a sua marginalização e seu desconhecimento por parte dos críticos homens. Os poucos homens feministas, até meados de 80, preocupavam-se, unicamente, em corrigir, segundo eles, a visão distorcida e excessivamente radical das mulheres feministas, ao invés de pensarem sobre o masculino e o feminino.

Felizmente mudanças começam a ocorrer e importantes pesquisas sobre masculinidade e homossexualidade juntam-se aos numerosos estudos, já existentes, sobre a mulher. Embora tais investigações tenham prioridades e políticas distintas, juntas elas permitem – e têm permitido, atualmente – que a categoria do gênero se afirme, cada vez mais, como uma categoria de análise da crítica literária.

Acreditamos, finalmente, que através dessas pesquisas – e aqui nos utilizamos das palavras de Showalter – não estamos num pós-feminismo, mas, sim, num pós-patriarcalismo¹⁰.

¹⁰ SHOWALTER, Elaine. *Op. cit.*, 1989, p. 11.

Referências bibliográficas

- AMMONS, Elisabeth. Gender and fiction. In: *The Columbia history of the American novel*. New York: Columbia University Press, 1991, p. 267-284.
- BAYM, Nina. *Feminism and American literary history: essays*. New Brunswick: Rutgers, University Press, 1992.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: *JOBIM, José Luis (org.). Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 111-125.
- CHILDERS, Joseph, HENTZ, Gary (ed.). *The Columbia dictionary of modern literary and cultural criticism*. New York: Columbia University Press, 1995.
- GILBERT, Sandra, GUBAR, Susan. *The mad woman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. New Haven: Yale University Press, 1979.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOBO, Luíza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 9-83.
- SHOWALTER, Elaine (ed.). *Speaking of gender*. New York: Routledge, 1989.
- . *New feminist criticism: essays on women, literature and theory*. New York: Pantheon Books, 1985.
- . A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.
- . *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. Princeton: Princeton University Press, 1977.